



ACÓRDÃO Nº477/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11732/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Hospital Infantil Dr. Fajardo.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Aly Nasser Abraham Ballut (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1276/2022-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Hospital Infantil Dr. Fajardo. Exercício de 2020.

Regularidade. Quitação. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas Anual da Unidade Gestora Hospital Infantil Dr. Fajardo, de responsabilidade do **Sr. Aly Nasser Abraham Ballut**, referente ao exercício de 2020, nos termos do art. 188, §1º, I, da Resolução nº 04/2002- RITCE/AM, c/c art. 22, I, da Lei nº 2423/96-LOTCE/AM;
- 10.2. **Dar quitação** ao **Sr. Aly Nasser Abraham Ballut**, de conformidade com os arts. 23 e 72, I, ambos da Lei nº 2.423/1996, c/c art. 189, I, da Resolução nº 02/2002 TCE-AM;
- 10.3. **Determinar** à origem, nos termos do Art. 188, §2º do Regimento Interno/TCEAM, no sentido de:
 - 10.3.1. Adotar as medidas necessárias para evitar a inobservância dos arts. 92 e 94 da Lei nº 4.320/64 nos ajustes vindouros;
 - 10.3.2. Observar e cumprir as exigências de processo licitatório, nos termos dos arts. 2º, 24, 25 e 26, da Lei Federal nº 8.666/93, adotando um planejamento de suas necessidades, a fim de evitar o



ACÓRDÃO Nº477/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

fracionamento de despesa, sob pena de multa por reincidência nos termos do art. 308, IV, alínea “b”, do RITCE/AM;

10.4. Dar ciência ao Sr. Aly Nasser Abraham Ballut, sobre o teor desta Decisão, com cópia do Relatório-Voto e do respectivo Acórdão;

10.5. Arquivar o presente processo, após cumpridas as determinações acima.

11- Ata: 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de abril de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alber Furtado de Oliveira Júnior.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral